

SABERES DOS SEM-TERRA NO PONTAL DO
PARANAPANEMA: A LUTA PELA "TERRA DE TRABALHO" E
PELA "TRANSFORMAÇÃO SOCIAL"

Maria Celma BORGES (UFMS/CPTL)¹

Resumo: Tendo como eixo a terra, âncora a explicitar as lutas, seja para conquistá-la, seja para nela permanecer, busco, na história e na memória dos camponeses, o substrato para a composição do trabalho. Retomo a terra e a sua mística, compreendendo-a como evidência da diversidade, mas também da semelhança, possibilitando entender que as ações da militância e da direção, ao se voltarem para o desejo da "transformação social", não são díspares dos desejos que grande parte dos assentados trazem consigo, ou seja, da conquista da "terra do trabalho" e da liberdade junto à família. Objetividades e subjetividades sinalizam para o indivíduo e o coletivo, por vezes inter-relacionados, a mostrar a dinamicidade do "todo", mas sem que as "partes" deixem de existir como potencialidades para as lutas camponesas.

Abstract: Having as an axle the land, as an anchor to explain the struggles, either to conquer the land, either to stay on it, I search in the history and memory of the peasants, the basis for this research. I reflect about the land and its symbols, as signs of variety but at same time similarity, that allow us to understand the actions of the militants and their leaders, both looking towards a "social change", one that the peasants bring with them, the conquest of the "working land" and freedom for them and

¹ Este texto origina-se de parte das discussões estabelecidas em minha tese de Doutorado (BORGES, 2004).

their families. Objectivities and subjectivities are the signs of the individual and of the collective, interrelation that show us the movement of the whole but with the existence of “parts” that are the unfolding of the potentialities of the peasants struggles.

0. Introdução

Seu Aparecido - Quando eu cheguei lá ele só perguntou:

Delegado - Mais o que vocês estavam fazendo lá?

Seu Aparecido - Aí, nós fomos lá pra tombar aquela terra, pra plantar milho, arroz, feijão [...]

Delegado - Mais por que? Aquela fazenda lá tem dono? Não tem não?

Seu Aparecido - Tem dono, mais é muita terra, tá sobrando terra, e a gente quer um pedaço. Nós fomos lá, tombemos e plantemos.

Delegado - Tá arrependido?

Seu Aparecido - Digo, tô não, não fiz coisa errada!

Delegado - Então você acha que tá certo?

Seu Aparecido - Tá certo sim, agora nós vamos plantar, e agora se ele quiser vai resolver com o governo, lá com o presidente, nós quer a terra plantada !!' (São Bento, setor III, 01/07/2002)

Falar em saberes populares implica, de certa maneira, pensar a sabedoria das pessoas comuns. Bem por isto, o objetivo deste texto é o de discutir a luta pela “terra de trabalho” e pela “transformação social”, apresentando-as como elementos constitutivos dos saberes populares dos camponeses sem-terra no Pontal do Paranapanema, SP. Neste aspecto, chama a atenção os valores do campesinato

brasileiro, envoltos, numa simbiose, na tradição como, por exemplo, na defesa da terra enquanto “morada da vida”, mas, ao mesmo tempo, como lugar em que possa brotar o novo: a luta por uma nova sociedade. Assim, fatores objetivos e subjetivos do ser indivíduo (assentado) e ser coletivo (MST), explicitam o processo de lutas e as ambigüidades que ele traz consigo. O que não significa a fragilidade do MST, mas a percepção de que, em sua construção e permanência, parte e todo podem, em determinados momentos, amalgamar-se, sem perder como isto, a sua particularidade.

1. A luta pela “terra de trabalho” e pela “transformação social”

A representação do camponês na figura do atraso, negação do moderno, edificou historicamente a imagem dos pobres da terra pela tentativa de anulação de seus saberes. Uma das premissas para essa interpretação, sustentada no próprio interior do MST, a partir de Moraes¹, é a perspectiva de que o desnudamento do conflito entre o capital e o trabalho faz emergir a consciência política, resultando na constituição da “consciência de classe”. Daí, os operários, trabalhadores das indústrias, encontrarem-se mais capacitados para esse decifrar, visto que o seu cotidiano propicia situações diretas de conflito entre capital e trabalho². Por essa leitura, seria em meio ao conflito do mundo da produção, de forma paulatina, que adviria a

¹Em vista das práticas do MST evidenciarem o papel dos camponeses sem-terra, enquanto construtores de sua história, contraditoriamente, a negação de seus saberes, considerados arcaicos, artesanais, pode ser encontrada num dos referenciais clássicos para os cursos de formação desse Movimento. Nesse aspecto, ver: MORAES (1986), particularmente o Capítulo III, intitulado: “Vícios (ou desvios ideológicos) determinados pelas formas artesanais de trabalho”, em que esse autor expõe o que considera como limites do campesinato.

²IANNI (1968), referindo-se ao período pós-1945, assinala que no meio urbano aumenta o contingente de trabalhadores “sem qualquer tradição política”, por terem o horizonte cultural marcado por valores e padrões do mundo rural. No mundo rural, conforme o autor (1968, p.57): “[...] predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização de poder, da liderança e da submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc) está delimitado pela religião, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório”.

consciência transformadora e a inversão dos valores tradicionais.

No trabalho de campo para a produção da tese de doutorado, realizado entre os anos de 2001 e 2003, nos assentamentos São Bento e Che Guevara/Santa Clara, em Mirante do Paranapanema e XV de Novembro, em Rosana, estado de São Paulo, antes da entrevista, expressivo número de assentados dizia nada saber, justificando-se por serem analfabetos, “desconhecerem as letras”. Porém, num inverso a essa afirmativa, o que pude perceber, nos relatos, foi uma riqueza de saberes fundamentada nas histórias de vida e de lugar, ao narrarem os diversos tempos da luta. Dimensões da importância da “terra de trabalho”¹ foram sendo apresentadas pelos sujeitos pesquisados, em histórias que enunciam saberes legitimadores das práticas do cotidiano na persistência em permanecerem na terra, ainda que diante de inúmeras dificuldades. Nesse ponto, é preciso repensar a afirmativa de inexistência dos saberes em vista do processo de expropriação a que esses homens e mulheres foram (e estão) sujeitos.

No tempo presente, ao pensar os relatos coletados entre os assentados, a militância e a direção do MST no Pontal, sem perder de vista o fato de que há assentados que permanecem militantes e dirigentes, as histórias narradas, particularmente a dos assentados, fundamentam-se, em grande parte, na exposição de saber tradicional, em que se destaca a preocupação em permanecerem no espaço em que a família possa ser gerida pela “terra de trabalho”, o que não lhes impossibilita apresentar ainda o horizonte da luta para a permanência na terra como sinônimo de um desejo partilhado junto ao coletivo, como por exemplo, o desejo das transformações sociais.²

¹Acerca da discussão da “terra de trabalho”, é necessário pensar a reflexão estabelecida no documento “Igreja e Problemas da Terra”, produzido pela CNBB (1980). Nesse documento, José de Souza Martins faz uma distinção entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”, salientando, já naquele momento, que ao homem do campo importava fundamentalmente a terra enquanto espaço mantenedor da vida pela possibilidade de nela trabalhar, criar os filhos, sustentar a família.

²As considerações de WOORTMANN (1990, p.17) são sugestivas para se pensar a questão do novo e do velho amalgamados para a análise do modo de vida das populações rurais pobres: “[...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarianização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”.

Desse modo, terra, família e trabalho tornam-se uma tríade a explicitar a vida e a cultura dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, evidenciada em valores que sinalizam para o que se vive na atualidade, mas trazendo consigo a memória do tempo do acampamento, visto como um espaço de transitoriedade, em que o desejo da conquista da “terra do trabalho” dava-lhes a sustentação, o alimento, para a participação nas várias ações organizadas pelo MST. O presente explicita valores que, sendo semelhantes para grande parte dos militantes e para os dirigentes àqueles que viveram no acampamento, se diferenciam dos almejados pela maioria dos assentados, já que, conquistada a terra, é preciso então, para o camponês, fazer com que ela produza, produzindo com isso a própria vida e a possibilidade de permanecer camponês.

O saber da “terra de trabalho”, conforme os relatos, fundamenta-se no que os homens e mulheres assentados consideram um direito costumeiro: o solo para a produção de alimentos e o conseqüente sustento da família. A luta para a permanência na terra, por esse ângulo, sendo um instrumento de transformação da sociedade, torna-se também referência para o presente e futuro nesta terra. Lutas que se dão em outras frentes, as quais, é preciso salientar, não se limitam ao espaço da produção, já que evidenciadas, desde a ocupação do espaço da memória – no relembrar dos tempos de outrora como alicerce e alimento para a atualidade - às práticas empreendidas pelo MST, ainda no presente, a exemplo da participação em ações como fechamento de bancos, ocupação de órgãos públicos, como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), responsável pela assistência técnica nos assentamentos, etc. Lutas que contam, mormente, com a participação dos assentados, por entenderem que a continuidade na terra dar-se-á a partir daquilo que conseguirem edificar, como afirma Seu Valdemar:

Porque o acampamento é um começo de luta, você não aprende nada, só aprende a lutar pra conseguir, e depois que você consegue..., no assentamento aí você vai ter outra luta pra conquistar os recursos, o que é difícil também, porque o governo não pode liberar os recursos, ele só libera atrasado. (XV de Novembro, setor I, 03/01/2002)

Elementos como a solidariedade, a confiança, o respeito ao outro, premissas de um novo sistema que a direção do MST e a militância visam alcançar, encontram-se nas práticas e representações dessas pessoas desde os tempos do acampamento. Estão presentes também no assentamento, como, por exemplo, na troca de dias de serviços entre os assentados do setor I (Santo Antônio) no São Bento, na tentativa de diminuir as perdas resultantes do plantio da mandioca¹. Dessa maneira, os saberes do camponês são frutos oriundos mais de um saber que se constrói na luta cotidiana pela sobrevivência, na lida com a terra para o auto-sustento familiar do que pelo saber construído a partir de um ideário da organização do Movimento, qual seja, da visão transformadora e revolucionária do meio social.

Observo ainda que ambas, a luta pela “terra de trabalho” e pela “transformação social” não são dimensões díspares, já que lutar pela terra, em sua essência, remete à transformação social, mesmo que de modo ambíguo, pois, como salienta Chauí, a ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido, mas forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, constituída não por elementos ou partes separáveis, mas por dimensões simultâneas da vida:

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. (CHAUI, 1986, p.122)

¹ Pude apreender essa prática no ano de 2002, momento em que realizei parte do trabalho de campo.

Delineiam-se, nas práticas cotidianas dos assentados, afirmações do ser sujeito a não se sujeitar às imposições e ditames do “eles”, independente de onde provenha a arbitrariedade. A partir de suas histórias e memórias percebo que o “eles” como referência à organização do MST, pode ser parte constitutiva do “nós”, desde que a militância e a direção não se percebam pela ótica dos “iluminados”, detentores do saber sobre o “camponês”, mas como sujeitos da luta, também a emergir da confluência desses saberes. Posso dizer, o saber do assentado, evidenciado na sua cultura e na “terra de trabalho”, e o saber da organização, voltado para o dimensionamento das ações políticas e para a transformação da sociedade. Inter-relacionar esses saberes apresenta-se, então, como uma potencialidade para a continuidade das lutas na região e no próprio país. Daí a possibilidade de romper com o “ele” e o “nós” se esses saberes forem apreendidos, de um modo em que na costura não se distingam as linhas e as cores, mas seja expresso o desenho da colcha, numa percepção de que há pedaços. Esses pedaços se juntam na composição do mosaico, mas guardam a sua beleza, a sua alteridade, evidenciada em cada parte também pela sua singularidade.

Essa discussão remete ao campo das representações, por possibilitar a percepção de homens e mulheres que formulam suas imagens, seus sonhos, suas utopias, interagindo com o meio social, político, econômico, cultural etc., em vista de posições singulares assumidas nesse espaço, mas também do estabelecimento de planos comuns, que podem apresentar-se de diferentes formas, as quais não se limitam necessariamente ao que grande parte da organização do MST considera como ideal, como, por exemplo, o trabalho coletivo, mas sem que isso venha impossibilitá-los de realizarem-se como parte e todo, ou mesmo inibir o pesquisador da análise e crítica da maneira como são conduzidas, vividas e representadas as diversas práticas e representações desses camponeses.¹

¹ Por essa leitura, salienta JOVCHELOVITCH (1998, p.81) que: “Representações expressam identidades e afetos, interesses e projetos diferenciados, referindo-se assim, à complexidade das relações que definem a vida social. Entender a sua conexão fundamental com modos de vida significa entender a identidade possível que um sistema de saberes assume num tempo histórico dado”.

A consciência, como sugere E. P Thompson (1981), desenha-se no “fazer-se” movimento, na experiência vivida por homens e mulheres em meio à opressão. Nesse “fazer-se” se encontram militantes, dirigentes, acampados, assentados “experenciando” práticas e representações de luta. Não se trata, então, de níveis de consciência, mas de posições que vão sendo delineadas e determinadas no processo de lutas, na inter-relação entre o novo e o velho, entre a cultura e a política, a economia, a religiosidade, etc.

Dessa forma, é possível apreender nos assentamentos estudados saberes diferenciados que comungam entre si o desejo da terra, de nela permanecer, de transformar o meio em que se vive, mas ainda de preservar. Isto não quer dizer a negação do espaço de lutas, mas a afirmação de identidades e de alteridades, as quais necessitam ser interpretadas para além dos níveis de consciência.

1.2. Objetividade e subjetividade: ser indivíduo e coletivo amalgamados

Paulo Freire, discorrendo sobre a pedagogia da indignação, em sua “Segunda carta do direito e do dever de mudar o mundo”, tece considerações que se tornam expressivas para a compreensão da objetividade e da subjetividade no processo de lutas. Salienta esse educador que:

Se não é possível desconhecer, de um lado, que é nas condições materiais da sociedade que se gestam a luta e as transformações políticas, não é possível, de outro, negar a importância fundamental da subjetividade na história. Nem a subjetividade faz, todopoderosamente, a objetividade nem esta perfila, inapelavelmente, a subjetividade. Para

mim, não é possível falar de subjetividade a não ser compreendida em sua dialética relação com a objetividade. (2000, p.57) (grifo do autor)

Tomando como referência Boff (1999), entendo ainda que se faz necessário apreender o homem na sua completude: não há um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades da vida. Por compor-se dessa completude, dessa inter-relação, o sujeito apresenta a sua complexidade. Por vezes, fragmenta-se em vista das formas de acomodamento e de resistência que vão sendo desenhadas para a continuação da vida. Mas essa fragmentação aparente carrega consigo uma expressão daquele que se acomoda e ao mesmo tempo resiste. Chauí já discutia essa questão nos idos dos anos 1980:

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, freqüentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.(1986, p.124)

Enquanto seres ambíguos há, assim, uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como evidenciadoras das potencialidades da história, apresentam-se mais como camisa-de-força do que instrumento para a transformação social. A dimensão dos valores e dos saberes populares do campo sinaliza ainda para o entendimento de que se há a ambigüidade, ela não pode, por outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação,

etc. Percebo essa preocupação no MST ao enfatizar a necessidade de denúncias das condições de vida e de trabalho em que se encontra a maior parte da população, e realizá-las na prática, por ações que se tornam também representações de sua história de lutas, a exemplo das marchas, ocupações, etc.

Compreendo que tanto os sonhos da militância e da direção, permeados pela mística e pelo desejo da transformação social, quanto o dia a dia vivido pelos assentados na lida com a terra, ao serem entoados nos relatos, conjugam-se para explicitar a dinamicidade do MST no Pontal, correlacionando dimensões da vida camponesa. Não seria possível analisar essa história, se eu não recorresse às pessoas comuns, as quais não estiveram (e estão) presentes na mídia, mas no interior das ocupações e dos barracos, pelas estradas, pelas praças, pela terra. Impossível seria se eu não recorresse também à fala da militância e da direção, daqueles que, dispendo a sua vida num rito de entrega ao Movimento, contribuíram (e contribuem) para a organização das práticas e a representação dos sonhos, enunciadas no desejo de transformação da realidade.

Entendo que se ambas as dimensões, tanto a empreendida pela militância e pela direção no sonho da transformação social, quanto a da conquista da terra proveniente dos que nos acampamentos chegavam, não estivessem conjugadas, impossibilitariam o nascimento desse Movimento no Pontal, questão que pode ser generalizada para as práticas do MST por todo o país, e na luta dos camponeses para permanecerem na terra.

Tais considerações encaminham à tese de uma junção entre objetividades e subjetividades, sugerindo que o empírico é produto do ser humano, construído em tempo e história vividos pelos homens e mulheres, por meio de suas ambigüidades e contradições. O MST no Pontal e os diferentes sujeitos a construí-lo evidenciam essa questão, levando à percepção de que as experiências vivenciadas do

acampamento ao assentamento, mostram-se mais ricas do que, por vezes, expressa a teoria do próprio Movimento.

As considerações de Paulo Freire são novamente fundamentais para se compreender a dimensão de inter-relacionamento entre a subjetividade e a objetividade, entre o sujeito e o objeto:

Aqui nós tocamos em um dos problemas fundamentais que sempre preocupou a filosofia e, de modo especial, a filosofia moderna. Refiro-me à questão das relações entre o sujeito e objeto; consciência e realidade; pensamento e ser; teoria e prática. Toda a tentativa de compreensão de tais relações que se funde no dualismo sujeito-objeto, negando assim a unidade dialética que há entre eles, é incapaz de explicar, de forma consistente, aquelas relações. Rompendo a unidade dialética sujeito-objeto, a visão dualista implica na negação ora da objetividade, submetendo-a aos poderes de uma consciência que a criaria a seu gosto, ora na negação da realidade da consciência, transformada, desta forma, em mera cópia da objetividade. Na primeira hipótese, caímos no erro subjetivista ou psicologista, expressão de um idealismo antidialético pré-hegeliano; na segunda, nos filiamos ao objetivismo mecanicista, igualmente antidialético. Na verdade, nem a consciência é exclusiva réplica da realidade nem está é a construção caprichosa da consciência. Somente pela compreensão da unidade dialética em que se encontram solidárias subjetividade e objetividade, podemos escapar ao erro subjetivista como ao erro mecanicista e, então, perceber o papel da consciência ou do ‘corpo consciente’ na transformação da realidade. (1987, p.133) (grifos do autor)

É preciso então apreender como se constitui a incorporação e a reivindicação de direitos do ser sem-terra, por parte dos camponeses, mesmo depois de assentados. Não é possível, na perspectiva de um movimento e organização social como o MST, com suas instâncias, princípios fundadores e básicos de organização e disciplina, representar sem a participação daquele que está sendo

representado. Assim, representado e representação se fundem em práticas diversas, as quais não se restringem às vias institucionais ou ao poder coercitivo do “mando”. Não há uma obrigatoriedade na participação junto ao Movimento. Diversas são as situações que enunciam desejos se confluindo entre ser movimento e organização, mas não se pode negar o desejo comum da conquista da “terra do trabalho”, enquanto elemento a nortear os valores daqueles que nos acampamentos ingressam.

Se os “valores artesanais” retornam no assentamento, como afirmou Moraes (1986), não haveria a possibilidade de a partir desses valores, ir compreendendo os desejos que, longe de serem a negação do saber e a legitimação dos princípios do capital e da propriedade privada, podem expressar o seu inverso, ou seja, a resistência a sustentar saberes que a expropriação e a violência não conseguiram anular?

Nessa reflexão, é possível ultrapassar a denominação de “organização institucionalizada”, designada por Navarro (2000) e por Martins (2000) para se pensar o MST, exposta apenas na figura da direção e da militância, por entender que o que move as pessoas no Movimento, em movimento, apresenta-se como um misto de razão e de paixão, expressos nas condições objetivas e subjetivas que a vida carrega. A paixão, cerne da subjetividade, expressa particularmente na mística do Movimento e naquilo que os sem-terra carregam consigo ao adentrarem no MST: a esperança e o desejo de conquistar a terra, assim como, por parte da organização, de transformar a sociedade. A razão, enunciatória de identidades e de alteridades, tanto para os camponeses assentados quanto para a organização, ao explicitar que se faz necessário o tempo do plantio, o cuidado com a planta, a colheita para os primeiros, como também a semeadura de sonhos para aqueles que sabem ter que viver na pele as intempéries dessa condição, fazendo a opção pela entrega.

Ao pensar a paixão e a razão como parte dos saberes no processo de lutas, recordo-me de um fato ocorrido na ocupação da fazenda São Domingos, em fevereiro de 1997. Juntamente com vários outros camponeses, com esforço, uma senhora percorria o caminho que ligava o asfalto à sede da fazenda a ser ocupada, todavia, com determinação proclamava a palavra de ordem: “MST!! A luta é pra valer!!” Seus passos denunciavam a sua determinação. Sua face enunciava a percepção da sua condição de sujeito de direitos historicamente usurpados. Ao principiar o tiroteio, essa senhora, também com determinação, voltou-se para trás e correu. Naquele momento, pronunciou a palavra de ordem: “MST!! Agora é pra correr!!” Dimensões imbricadas de força, num misto de trágico e de cômico, acenaram para a mística, prática e representação do Movimento, na expressão dessa senhora, de idade já avançada, que, ante ao perigo iminente, buscou forças para recuar, com o mesmo ímpeto que anteriormente marchara. Essa narrativa evidencia uma das faces possíveis de se perceber na reflexão das lutas camponesas do MST, isso se avançarmos o olhar, ultrapassando a ótica exclusiva dos “interesses imediatos”.

Esse exemplo lembra-me ainda as considerações de Martins, em sua obra “A chegada do estranho” (1993), momento em que, ao discutir a América Latina, poeticamente, apontou para o imbricar de dimensões que ela traz consigo. Leitura que me leva a pensar, semelhante à América Latina, nas contradições e ambigüidades que o MST congrega. Poderia Martins, como fez com nossa América Latina, também apreendê-las ao discutir os sujeitos desse Movimento:

A nossa América Latina é trágica, mas é, ao mesmo tempo, divertida. É preciso compreender esta nossa contradição. Sem compreendê-la não se compreende nada, pois não se pode chorar todo o tempo. Às vezes é preciso rir. É preciso rir do inimigo e do que dele ficou dentro de nós. Por isso, é preciso rir também de nossas próprias debilidades, dos nossos enganos, das nossas vitórias quase

nunca definitivas. É preciso rir o riso crítico que denuncia a comicidade dos protagonistas, conquistadores e conquistados, na vã tentativa de vestir, de impor, a apertada roupa cultural de quem manda ou pensa mandar. Não chorem por nós, porque a América Latina não é um funeral. A América Latina é uma festa, mesmo quando estamos sepultando os nossos mortos. Porque no silêncio dos funerais das vítimas dos que nos oprimem há também o cântico interior de nossas esperanças, anúncio e prefiguração da nossa festa coletiva e permanente. (1993, p.16)

Gostaria de finalizar este texto, recorrendo novamente a Paulo Freire, em suas últimas cartas, ao expor os “desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica” e afirmar a necessidade de apreensão do mundo e da consciência, do caráter objetivo e subjetivo, vistos por esse autor, como construtores das ações que os homens e mulheres estabelecem sobre o mundo enquanto sujeitos de sua história. Em suas palavras:

Numa perspectiva não objetivista mecanicista nem subjetivista, mas dialética, mundo e consciência se dão, como disse Sartre, simultaneamente. A consciência do mundo engendra a consciência de mim e dos outros no mundo e com o mundo. É atuando no mundo que nos fazemos. Por isso mesmo é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir de romper. (2000, p.90)

Referências Bibliográficas

BOFF, L. Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORGES, M. C. De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. Assis, 2004. 391 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

CHAUÍ, M. S. Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igrejas e Problemas da terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

FREIRE, P. Ação Cultural para a liberdade e outros estudos. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JOVCHELOVITCH, S. Re (Des) Cobrindo o outro. In: ARRUDA, Â. (Org.). Representando a alteridade . Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARTINS, J. de S.. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Reforma Agrária – o impossível diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. Caderno de Formação nº 11, São Paulo, 1986.

- MST. Como organizar a massa. São Paulo, Cadernos Vermelhos, 1991.
- NAVARRO, Z. MST: decifrar é preciso. UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Maio de 2000 . (mimeografado)
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ULIANOV, V. I. Que fazer? 2ª ed., Lisboa: Editoria Estampa, 1973.
- WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”. O Campesinato Como Ordem Moral. Anuário Antropológico, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990.